



AVANTE!



Boletim Nacional da RECC nº 08 - Segundo Semestre de 2012 - www.redeclassista.blogspot.com

MOVIMENTO ESTUDANTIL CLASSISTA: EM DEFESA DO ESTUDANTE TRABALHADOR

A discussão acerca das dimensões de classe no Movimento Estudantil ainda permanece pouco desenvolvida. No geral, a estudantada sequer compreende o que seja o “classismo”. Nosso objetivo com este pequeno artigo é discutir a realidade dos jovens estudantes brasileiros, caracterizando sua existência em relação ao mundo do trabalho, dentro da dinâmica que a sociedade imprime no interior do sistema de ensino. A partir disso, mostrar que os estudantes são uma fração da classe trabalhadora (sua dimensão de classe), e finalizar com apontamentos de quais devem ser os eixos de nossa organização e bandeiras reivindicativas.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE

O sistema educacional reflete em seu interior todas as contradições da sociedade que o cerca. E em cada período histórico, a educação é reprodutora das condições de manutenção desta mesma sociedade, seja em termos ideológicos, econômicos, políticos etc. Dizemos, assim, que ela é determinada pelas condições sociais exteriores a si, e ao mesmo tempo ajuda a reproduzir estas condições para que a sociedade permaneça como tal.

A sociedade capitalista, por sua vez, necessita que a educação cumpra, grosso modo, duas funções: 1) formação/qualificação da mão de obra e 2) transmissão da ideologia de submissão. Explicaremos.

Para que as indústrias funcionem produzindo mercadoria, para que os serviços públicos (ou privados) sejam prestados (ou vendidos), para que inovações tecnológicas sejam manuseadas etc., os detentores das indústrias, do comércio e o Estado necessitam que o trabalho manual ou intelectual exercido tenha a devida capacitação. Isto busca garantir maior produtividade na produção da mercadoria ou serviço, reduzindo seu custo final para o burguês (dono do capital e dos meios de produção). Este fator condiciona os bancos escolares a transmitirem aos estudantes a formação que o mercado de trabalho exige, cada nível (fundamental, médio etc.) ou curso (no ensino superior, técnico etc.) cumprindo uma função particular.

Ao mesmo tempo, para manter o sistema de exploração e opressão, é necessário que a classe trabalhadora não transgrida a ordem social posta pelo Estado capitalista, ou seja, deve aceitar se submeter às longas jornadas de trabalho, aos salários baixos, ao assédio moral. Assim, a dinâmica interna da escola ou universidade cumpre um papel de naturalizar este mundo tal como é, para nos manter submissos as ordem vindas “de cima”.

O ESTUDANTE TRABALHADOR: UMA DEFINIÇÃO IMPORTANTE

A primeira condição que coloca a categoria estudantil vinculada ao mundo do trabalho é, portanto, a própria etapa da escolarização. Ainda que setores da burguesia também transitem pelo ambiente escolar, elas são sua menor parcela – sua condição familiar burguesa lhes permitirá não precisar vender sua força de trabalho e lhe garantirá postos de comando/gerencia do mundo do trabalho. Para a grande maioria a escola é, em geral, a transição entre o ambiente doméstico e o ambiente de trabalho – única forma de obter recursos para viver.

Essa transição ao mundo do trabalho, porém, tanto pode significar uma ocupação posterior ao período de formação (que para a maioria não significa chegar ao nível superior) ou a conciliação entre trabalho e escola. Este último caso é bastante expressivo, como mostra os dados da tabela a seguir.

JOVENS DE 16 E 24 ANOS SEGUNDO SITUAÇÃO DO TRABALHO E ESTUDO (2009)				
	Distrito Federal	Fortaleza	Salvador	São Paulo
Só estuda	19,5%	22,6%	29,7%	14,4%
Estuda e trabalha	17,5%	12,9%	13,3%	17,0%
Estuda e procura trabalho	12,1%	5,3%	7,7%	7,7%
Só trabalha	31,1%	34,9%	25,7%	39,0%
Não estuda e procura trabalho	11,7%	9,1%	13,8%	11,8%
Apenas cuida dos afazeres domésticos	2,6%	6,8%	3,5%	5,0%
Outros	5,5%	8,4%	6,3%	5,1%

Fonte: DIEESE – A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000

Neste mesmo estudo do DIEESE, é apontada a maior exploração dos jovens no mercado de trabalho: alta taxa de desemprego, passíveis de demissão em épocas de crise, possuem vínculos de

emprego de curta duração, com longas jornadas de trabalho, baixos salários, vulnerabilidade quanto ao recebimento de direitos etc., todas estas em condições piores que a do conjunto da população, como mostra o estudo.

Mas não somente a conciliação da escola com o trabalho define nossa condição de estudantes trabalhadores. Se partirmos também do pressuposto que a distribuição das classes na sociedade é reproduzida no interior das escolas em proporção similar (elite burguesa X massa trabalhadora), concluímos existir uma tendência para que seja maior o número de estudantes cuja origem social é de família trabalhadora. E isso tende a ser mais verdadeiro quanto mais massificado o nível de ensino ou sua característica para proletarização.

E no atual contexto de um capitalismo de ultra-monopolios em expansão, em que a flexibilização do trabalho tem um papel fundamental para se garantir mais lucros, a condição de estudante enquanto categoria ocupacional está cada vez mais interligada a esfera do mundo do trabalho. No sentido de que não apenas os estudantes são também trabalhadores assalariados, mas de que a condição do estudante, ou a educação mesmo, neotecnista, está cada vez mais inserida na lógica de produção (vide Pronatec) e reprodução do capital.

CAMINHOS DA REORGANIZAÇÃO E BANDEIRAS DE LUTA

Os estudantes, sendo uma *categoria social em transição*, e cada vez mais expandida, não estão desvinculados de uma origem e interesses sociais, sendo sua maior parcela ligada às demandas do povo: é o sentido de identidade com a classe trabalhadora o desdobramento subjetivo que devemos buscar desta sua relação que já é objetiva. Esta análise permite concluir que os estudantes podem desempenhar um papel *classista*, ser agente ativo na luta de classes, uma vez inseridos nas contradições da luta do trabalho contra o capital. Para tanto, necessita organizar-se às outras frações da classe trabalhadora na exigência articulada de educação gratuita e trabalho para todos. ■

Construir um Movimento Estudantil Proletário! Em defesa de uma Central que organize toda a Classe!

NEM ENEM, NEM VESTIBULAR: ACESSO LIVRE JÁ!

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é um vestibular que tem como objetivo filtrar a entrada dos estudantes no Ensino Superior, sendo ele público ou privado. É defendido por seus criadores como uma prova de maior aproximação com o cotidiano dos estudantes, sem necessidades de “decoreba” e, com isso, se tornaria um meio mais democrático de acesso ao Ensino Superior. Porém, a mediação para o ingresso ao Ensino Superior continua com o Vestibular, o qual tem como linha principal a meritocracia, ou seja, funciona para aqueles que conseguiram receber um ensino de qualidade e não para todos, a despeito de capacidades intelectuais.

O Enem foi criado em 1998, no governo FHC, com o intuito de avaliar os estudantes que saíam do ensino médio. Porém, foi somente em 2004, com o governo Lula/PT que ele passou a ser utilizado como instrumento de acesso ao Ensino Superior privado, por meio de bolsa, com a criação do ProUni. Agora, também vem sendo utilizado como critério de acesso a vagas nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e em 2009, o então ministro Haddad deu início a um projeto que visa a substituição dos vestibulares, tanto de ensino superior público quanto privado, pelo Enem, ou o que chamamos de ENEMBULAR, por meio de uma prova unificada.

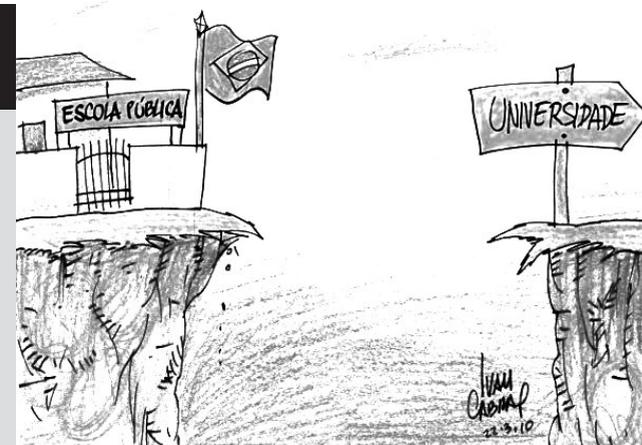
Embora tenha permitido a expansão do acesso ao nível superior, este acesso se deu por via da educação privada, por meio de incentivos e várias isen-

ções fiscais aos empresários da educação. Portanto, o Enem, em sua reformulação em 2004, surge como um projeto que estimula a privatização da educação.

Agora, com a possibilidade de o Enem ser utilizado como critério de seleção nas IFES, coloca-se que há mais oportunidade de ingresso ao Ensino Superior público, no objetivo de caminhar para a democratização, como se a substituição dos vestibulares tradicionais fosse tornar o Ensino Superior menos elitizado.

No entanto, a instituição do ENEMBULAR não elimina o critério de seleção excludente para o Ensino Superior. A educação pública de nível fundamental e médio continua precarizada, escolas estas que na sua maioria é composta por estudantes filhos da classe trabalhadora. O ensino que lhes são fornecidos não dá subsídio para que possam ter sua aprovação num exame vestibular. Por mais que se defenda que o Enem se aproxima do cotidiano dos candidatos, na realidade as competências exigidas não correspondem ao ensino defasado dos estudantes pobres e nem ao seu cotidiano muitas vezes de horas de trabalho, sem acesso a livros, revistas, a cultura etc.

O SISU (Sistema de Seleção Unificada), que abre vagas nas instituições públicas, serve na verdade aos estudantes que tenham condições para se locomover e permanecer nas melhores universidades e os poucos estudantes pobres que ingressam nas universidades longe de suas moradias, não encon-



trarão condições para sua permanência como, por exemplo, bolsa permanência, assistência moradia, bolsa alimentação etc. A política de assistência não sofreu o mesmo processo de expansão para atender a demanda dos novos estudantes.

Portanto, o Enem é mais um filtro elitista que não garante amplo acesso ao Ensino Superior público, de qualidade, mas ainda conserva o caráter anti-democrático do vestibular, o qual seleciona apenas aqueles “mais preparados” numa sociedade de classes em que a educação de qualidade é um privilégio, e o Ensino Superior restrito a uma pequena parcela da sociedade.

A universalização do Ensino Superior se dará com o Livre Acesso a todos, pois a educação deve ser um elemento que sirva aos interesses sociais dos trabalhadores, constituindo-se como um direito ao conhecimento e não um instrumento para a reprodução da exploração e acumulação de capital. ■

MOVIMENTO ESTUDANTIL DAS PAGAS

O VELHO SE VESTINDO DE NOVO: A VELHA CULTURA POLÍTICA COLOCADA COMO NOVA NO INTERIOR DAS FACULDADES E UNIVERSIDADES PAGAS

As Faculdades e Universidades Pagas no Brasil representam um percentual considerável de Instituições de Ensino Superior, mais de 85% das IES. Este crescimento exacerbado é parte integrante da política neoliberal na educação a qual favoreceu o aparecimento das mesmas, assim como seu fortalecimento. Essas instituições são gerenciadas, na maioria dos casos, numa perspectiva comercial e de poder centralizado fazendo com que a participação da comunidade acadêmica nas deliberações referentes à própria Faculdade ou Universidade seja quase nula, contribuindo assim para a falta de mobilização dos(as) estudantes e trabalhadores(as) em torno de pautas comuns.

Analisando esta conjuntura, levando em consideração que a grande maioria das IES Pagas surgiram no contexto do neoliberalismo, prioritariamente em decorrências de objetivos mercadológicos, não esboçando no interior da comunidade acadêmica uma cultura política de oposição à situação em que a educação se encontra, a intervenção dos(as) estudantes das Pagas resume-se a iniciativas isoladas devido às condições impostas pela gerência dessas

IES que não desenvolvem vias de diálogo dificultando a tomada de consciência para a organização política.

No entanto, como esta cultura política não encontra espaço na configuração atual de boa parte das Pagas – e toda uma burocracia dentro do ME e nas instituições privadas foi desenvolvida para garantir que essa cultura não cresça –, vemos dentro das Pagas uma inserção de forças políticas relacionadas a UNE se utilizando deste vácuo político para ampliar suas bancadas dentro dos congressos da entidade. Essa inserção se dá sem qualquer processo de formação política ou discussão da importância política da (que hoje se resume a ser correia de transmissão do governo) e dos seus espaços de deliberação. Na falta de um ME autônomo das IES Pagas, a UNE se insere, com suas práticas antigas revestidas de novas, nas mobilizações existentes objetivando criar CA's,

DA's e DCE's, arremeter pessoas para as suas forças políticas e eleger delegados dos congressos. Desta forma, a UNE considera-se uma entidade que dialoga amplamente com a base, mas até que ponto esse “diálogo” realmente auxilia na construção de um ME combativo? Isso fica sem resposta.

Outra consequência desta atuação dos setores governistas do ME é o engessamento. Como essas “forças” possuem o apoio institucional - já que estas representam os interesses capitalistas do governo federal/reitorias - e o apoio financeiro-partidário, elas conseguem se inserir nas entidades de base e nos DCE's mais facilmente com estratégias marqueteiras e o conhecido discurso populista. Assim, por dentro da base, as “forças” do ME governista dinamitam a possibilidade de uma construção qualitativa do movimento estudantil comprometido com a luta dos(as) estudantes. ■



GREVE GERAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

A atual experiência das greves do ensino superior evidenciou a força potencial, mas também as fraquezas dos movimentos estudantil e sindical da educação no Brasil. O movimento iniciou-se com um crescente de paralizações que atingiu praticamente todas as universidades federais além de institutos federais, formando-se Comandos Nacionais e Locais de Greve dos docentes, técnico-administrativos e o singular Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE).

Esta greve, porém, por parte dos docentes e técnicos, decorre em parte da derrotada greve de 2011, em que os primeiros receberam somente 4% de reajuste e os segundos nem isso. As pautas da greve estudantil, por sua vez, refletem

as políticas neoliberais aplicadas nos últimos anos na universidade, como o REUNI do governo Lula/PT – que duplica o número de vagas nas universidades sem o seu consequente aumento do número de professores, técnicos e infraestrutura –, e são em grande parte uma reação ao sucateamento geral das universidades. Neste sentido, tivemos a luta pela assistência estudantil, exigindo por exemplo a revogação do decreto 7.416/2010 que impede o aumento das bolsas permanência, e sua equiparação ao salário mínimo. Além disso, programas como o PROUNI e o recente PRONATEC, seguem repassando verba pública para as instituições privadas enquanto poderiam estar sustentando estes mesmos alunos nas universidades e institutos públicos. Toda esta política privatista do Governo vem sendo sistematizada no Plano Nacional de Educação (PNE).

Porém desde o início o PSOL e o PTSU revelaram seu oportunismo defendendo sempre as formas de luta dentro da legalidade; como no exemplo do CNGE no dia 05/07, em que

foi aprovada como forma de luta a “sensibilização de parlamentares” para “apoiarem a greve”, na verdade esta foi a tática que balizou boa parte da atuação destes partidos desde o início. Sabemos a que leva esse oportunismo e estas formas de luta: à docilização das categorias e ao isolamento de grupos mais radicais, além da derrota da greve e da conciliação de classes, tão funesta à nossa autonomia.



MARCHA NACIONAL EM BRASÍLIA (05/06/12) - AO TÉRMINO DO ATO, IMPEDIDOS PELA PM DE ENTRAR NO MEC, ESTUDANTES APREDEJARAM AS VIDRAÇAS DO ÓRGÃO. NESTE MESMO DIA, O CNGE FEZ SUA PRIMEIRA PLENÁRIA.

Enquanto o PSOL era incapaz propor/organizar ações mais radicalizadas, o PSTU, a cada vez que o Governo senta para negociar com o CNGE, continuava gritando aos quatro ventos que a luta dos estudantes é automaticamente “vitoriosa” e que, apesar da diminuição da participação dos estudantes desde o que seria o período oficial de férias e das respostas negativas sobre todas as pautas estudantis, a greve segue avançando e com “vitórias”. Nós da RECC apontamos desde o início que a greve deveria ser construída nas bases, com atos locais radicalizados, mesmo que com pautas específicas – como foi o caso das ocupações das reitorias da UNB e UFPR –, pois é e sempre foi no chão da escola que se materializaram as greves. As mobilizações locais, radicalizadas e articuladas nacionalmente são importantes, pois rompem com o que há de mais nefasto no ME: a burocratização, o parlamentarismo, os conchavos de cúpula e o imobilismo. Alias, burocracia esta que a UNE dá aula, desta vez além de boicotar a greve estudantil

por todo Brasil, se reuniu por fora do movimento com o MEC no dia 26/06 para “negociar as pautas estudantis”.

Ao contrário do que propagandeia a mídia burguesa que condena como ato de vandalismo irracional e injustificado cada manifestação de radicalização das categorias, a greve é totalmente legítima, pois o governo tem condições financeiras de atender plenamente e com folga as exigências de todas as categorias, mas prefere desviar este dinheiro para o pagamento da dívida interna, para salvar bancos e sustentar as megaobras da Copa e do PAC.

A experiência recente de outras greves nos mostra que se tornará roteiro tradicional do Governo não negociar com as categorias e colocar a polícia para reprimir os manifestantes ou a justiça para barrar direitos legítimos de greve, enquanto a mídia desgasta a greve perante a sociedade. E desta vez não foi diferente, mas nós podemos tirar lições dos erros do passado, devemos nos colocar a altura dos desafios e do nível de enfrentamento com o governo; acabar com as “sensibilizações de parlamentares”, com as “voltas olímpicas” na esplanada dos ministérios e partirmos para a ação política direta contra o governo, com ocupações de reitorias, de órgãos públicos e fechamento de ruas.

Sabemos que a intransigência do governo aliada com as táticas dos oportunistas com o objetivo de agremiar uma massa cada vez maior, mais dócil e passiva de eleitores apenas traz a derrota das lutas do povo e que somente uma organização antigovernista, não-eleitoral, democrática e combativa saberá organizar e dar as orientações corretas para as vitórias da classe em cada luta e em cada greve que virão. ■

**Abaixo o novo Plano Nacional de Educação neoliberal de Dilma/PT-PMDB!
Unir estudantes, terceirizados, servidores e professores para derrotar o governo nas ruas!**

APROVAÇÃO DOS 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO: VITÓRIA DA BURGUESIA!

No dia 26/06/12, foi aprovada pela Câmara dos Deputados a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação. Essa aprovação é resultante também de uma campanha sustentada tanto pelo governismo (UNE, UBES e outras entidades), como pelo paragovernismo (PS-TU/Anel, PSOL/OE-UNE), principalmente após o veto da meta de aumento do financiamento para a contemplação do Plano Nacional de Educação (2011-2020). A campanha por 10% do PIB para a educação, figura como pauta histórica dos movimentos sociais, e sem dúvida, maiores verbas devem ser destinadas a educação pública. Porém, é importante que se perceba que o contexto de mutações do capitalismo inseriu a campanha em um mote neoliberal, colocando a verba, que ainda deve ser aprovada pelo Senado e por Dilma/PT, à serviço da burguesia.

A Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC) vem apontando os limites dessa campanha, que se vincula a contemplação de um PNE ligado por lei ao Banco Mundial. A luta contra o PNE precede a luta pela vinculação de qualquer porcentagem do PIB à educação, pois é o PNE que dirá o destino dessa verba, e ele o direciona para o ensino precarizado e privado. Um PNE que consolida a reforma neoliberal governamental para a Educação (REUNI, PROUNI, SISU/ENEM etc.) como política estatal em um plano decenal. Regula a parcerias público-privadas, inserindo o sistema “S” (SESC, SENAI...) como um dos principais reguladores da educação no Brasil. Sob o lema de universalização da educação, massificam e filtram o ensino pelas instituições privadas. O aumento do financiamento para a educação nessas condições privilegia a burguesia. O papel do ME Combativo no Brasil é sem tergiversações atacar/derrubar o PNE Neoliberal de Dilma/PT como bandeira central de combate no atual período. ■

OPRESSÕES E CLASSE: O CAPITALISMO NECESSITA DAS OPRESSÕES PARA MAIS LUCRAR

As relações de propriedade e produção definem a sociedade dividida em classes e determinam quem serão os exploradores e os explorados. Para além da diferenciação de classes, existem ainda outras baseadas em diferenças de etnia, nacionalidade, gênero e geração. Mesmo tendo surgido em período anterior, o capitalismo se apropria dessas diferenças e dá a elas um novo sentido – passam a ser uma ferramenta para acentuar o processo de domesticação e exploração dos não possuidores.

As ideologias dominantes usam dessas diferenças para determinar o lugar de negros, indígenas, mulheres, jovens e homoafetivos na sociedade e no mundo do trabalho, transformando-os assim em setores duplamente oprimidos, já que a discriminação passa a ser realizada também através da superexploração do trabalho – com diferenças salariais, de condições de trabalho, com assédio moral etc.

Frações isoladas do proletariado são incapazes de conduzir um processo de abolição do Estado e do capital. Entendendo isso, a burguesia estrategicamente faz com que sua ideologia excludente seja

assimilada pela classe trabalhadora com o claro objetivo de dividi-la, atravancar sua organização para a luta e obter maiores taxas de lucro. Por esse motivo, a mídia, a igreja, a escola e a família são transformadas em propagadores de valores castradores, conservadores e opressores. A classe trabalhadora é massacrada de fora pra dentro e de dentro pra fora, cotidianamente, pelo machismo, racismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, entre outras distintas formas de opressão.

Esses setores historicamente oprimidos hoje começam a vislumbrar possibilidades de combater as opressões, mas em geral estão reféns das tendências pós-modernas que desacredita na luta macro (disputa entre as classes) e privilegia apenas as microesferas culturais, o que origina o individualismo e o policlassismo das lutas setoriais. Essa perspectiva condena a organização desses setores ao reformismo imobilista, que se limita às reivindicações de visibilidade ou reconhecimento e concessões do



Estado burguês, através de projetos de lei ou campanhas publicitárias.

Contra a ilusão da conquista meramente parcial de direitos e do empoderamento, a via classista de combate às opressões aponta a necessidade do protagonismo dos setores oprimidos da classe trabalhadora, que devem assumir a ação direta e se colocar na linha de frente do processo de derrubada da burguesia que lucra com toda forma de opressão e do Estado que as produz e reproduz. ■

A LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DOS ÔNIBUS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO E LUTA INDEPENDENTE

No primeiro semestre de 2012, ocorreram diversas lutas contra o aumento abusivo no preço das passagens por todo o Brasil. O reajuste ocorrido na maioria das cidades esteve acima da média do aumento da inflação e do salário mínimo. Tarifa abusiva significa lucro para as máfias do transporte, e para a população pobre, exclusão do acesso à direitos sociais e sua guetificação.

Contra esse ataque, trabalhadores, desempregados e estudantes de várias cidades do Brasil organizaram protestos para barrar o aumento, além de reivindicar outras pautas, como o Passe Livre.

Compreendemos que para se conseguir mudar a política municipal de transportes, é necessário fazer um movimento de massas, independente dos setores do Movimento Estudantil governista (UNE e UBES), ou seja, aglutinar estudantes independentes e trabalhadores, sinceros e indignados com a situação dos transportes.

Acreditamos que a inexistência de um

movimento de luta contínuo por um transporte público a serviço do povo, faz com que a população acumule sucessivas derrotas, visto que sua mobilização fica a mercê dos aumentos das tarifas. Avaliarmos que precisamos ter uma mobilização permanente, tendo em vista os ataques dos patrões aos trabalhadores e estudantes, construindo um espaço propositivo que vá além da questão tarifária discutindo a questão mais ampla da mobilidade nas cidades, caóticas neste momento.

Nós da RECC, atuamos nas últimas lutas em nossas localidades, sempre pautados na construção de mecanismos que interliguem organizações combativas e independentes, estudantes e trabalhadores, visando construir uma luta baseada na unidade da classe e na ação direta. Através dessa perspectiva, objetivamos desenvolver uma intervenção que se oponha aos métodos de subordinação às vias parlamentares. Acreditamos que só a ação direta das massas trará a vitória de nossas reivindicações! ■



AVANÇA A MILITÂNCIA CLASSISTA E COMBATIVA NO CEARÁ!

A RECC inicia em março de 2012 mais um trabalho de base. Filiado a Rede, o Coletivo Luta Sociais/CE reúne estudantes de Ciências Sociais da UECE para lutar por uma universidade a serviço da classe trabalhadora. Esse é um primeiro passo na nacionalização do coletivo que possui um núcleo na UnB.

Na UECE, o 1º semestre foi marcado pelo calendário eleitoral, disputa de reitor, DCE e CA. Nosso primeiro comunicado abordou a crítica a consulta para Reitor, seu caráter sua antidemocrático (70-15-15) e falso, pois é o governo estadual quem decide, independente da consulta.

A eleição para DCE foi marcada pela disputa entre governismo/Consulta Popular e paragovernismo/PSOL e nosso posicionamento, frente a falta de alternativa combativa para os estudantes, foi o boicote e

a necessidade de mais trabalho de base. A eleição para CA contou com apenas uma chapa, ligada ao PSOL, o que reflete a estagnação e os desafios para o MECS na UECE.

A Campanha “Para a UECE não parar, efetivo já!”, que toca na carência de 320 professores efetivos na universidade, foi puxada pelo SindUECE, alguns CAs, DCE, e dirigida politicamente pelo governismo e paragovernismo. A campanha teve uma construção acelerada no final do semestre, o que impediu sua massificação na base dos estudantes e professores, mas aponta a necessidade de retomar pela base a campanha no 2º semestre.

Os desafios para a construção do MECS na UECE são grandes, mas nos dispomos a criar uma trincheira combativa rumo aos enfrentamentos que virão. Lutar, criar universidade popular! ■